

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.901 - SP (2018/0304117-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JORGE LUIZ REIS FERNANDES - SP220917
RAISSA LUIZA ANTUNES MONTORO - SP347590
CAROLINE SILVA DANTAS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
SP352153
JÉSSICA ALBUQUERQUE ZAPAROLLI - SP382780
AGRAVADO : JOSE JAIR PEREIRA
ADVOGADO : PAULO ROGERIO DE OLIVEIRA SILVA - SP343056
INTERES. : INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SAO PAULO -
IESP

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S/A contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 335):

CONTRATO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. PROGRAMA “UNIESP PAGA”. OBRIGAÇÃO DE O ALUNO MANTER “EXCELÊNCIA ACADÊMICA”. CONCEITO SUBJETIVO, NÃO ESCLARECIDO NA AVENÇA. ALUNO APROVADO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL DO ALUNO NÃO VERIFICADO. EXEGESE DO CDC (ARTS. 6º, III, E 47). DANO MATERIAL. DANO MORAL.

1. O autor ingressou em curso de graduação da ré, aderindo ao programa “Uniesp Paga”. Em razão de suposto descumprimento de cláusula que exigia do aluno “excelência acadêmica”, teve negado o pagamento do financiamento estudantil (Fies) prometido pela ré.
2. O aluno foi aprovado e se formou, não ficando demonstrado o propalado descumprimento dos requisitos contratuais, haja vista a subjetividade do termo “excelência acadêmica” e do direito do consumidor à informação clara dos serviços e à interpretação dos contratos de maneira favorável a si.
3. Os programas de bolsa divulgados pela ré como estratégia para angaria novos alunos vem sendo investigados pelo Ministério Público Federal, gerando a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta.
4. Deve a ré, portanto, arcar com o pagamento do débito estudantil e

ressarcir os danos causados ao consumidor.

5. Os débitos em conta foram estornados.

6. Já a “negativação” indevida causa abalo “in re ipsa”, que comporta reparação.

Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 358-360).

Nas razões de recurso especial, alega o ora agravante violação dos arts. 485 do Código de Processo Civil/2015 e 884 do Código Civil.

Sustenta a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda, visto que atua apenas como prestador de serviço, bem como, a redução da multa imposta, por considerá-la excessiva.

Tece, por fim, considerações no sentido de que os princípios da razoabilidade e proporcionalidade devem ser respeitados, impedindo, assim, o enriquecimento sem causa da parte recorrida.

Contrarrazões às fls. 378-387 (e-STJ).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 388-389 (e-STJ).

Contraminuta apresentada às fls. 407-417 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Inicialmente, destaco que o acórdão recorrido não se pronunciou sobre a ilegitimidade da instituição financeira, ora agravante, para figurar no polo passivo da presente demanda. Assim, em relação a esse tema o recurso especial não se faz cognoscível, dada a ausência de prequestionamento, fazendo incidir as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

É pacífica a jurisprudência neste Tribunal no sentido de que, ainda que a ofensa à legislação federal surja por ocasião do julgamento do acórdão recorrido, o Tribunal de origem deve ser provocado, mediante embargos de declaração, para que

delibere sobre o tema. Persistindo o vício sobre questão, em relação à qual deveria se pronunciar, o recurso especial deve ser interposto por violação ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil/2015, para que, anulado o acórdão, em face da negativa de prestação jurisdicional, outro seja proferido com o suprimento do vício verificado.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. JUÍZO EXARADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUE NÃO PODE SER OBJETO DE REVISÃO EM RECURSO ESPECIAL.

SÚMULA 7/STJ.

1. O art. 537, § 4º, do CPC/2015, apontado como violado, não foi objeto de exame pelo Tribunal de origem. Consoante as Súmulas 282 e 356 do STF, é inadmissível a apreciação em Recurso Especial de matéria não debatida e decidida pelo acórdão objurgado, tampouco suscitada em Embargos de Declaração, porquanto ausente o prequestionamento.

2. Demais artigos tidos por violados no Apelo Especial também não foram ventilados no aresto atacado e, embora tenham sido opostos os Embargos Declaratórios competentes para a manifestação sobre os citados dispositivos, o órgão julgador não emitiu juízo de valor sobre as teses a eles referentes, e a parte interessada não alegou, nas razões do Apelo Especial, ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, a fim de viabilizar possível anulação do julgado por vício de prestação jurisdicional, incidindo, na hipótese, o verbete sumular 211/STJ. 3. O art. 1.025 do CPC/2015 prevê que o STJ considere prequestionada determinada matéria apenas caso alegada e reconhecida a violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

(...)

5. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.212.199/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/6/2018, DJe 28/11/2018.)

Observo que o Tribunal de origem, soberano na análise das provas dos autos, concluiu estar configurado o ato ilícito ensejador da indenização por dano moral, bem como, a imposição de multa em caso de descumprimento, conforme se extrai dos seguintes trechos (e-STJ, fls. 338-340):

Assim, temos por indevida a recusa da ré em honrar com a promessa de pagar a dívida do financiamento estudantil do autor. O que a torna reponsável pela reparação dos danos morais causados ao consumidor com o a “negativação” do seu nome em razão do débito que era de sua (dela) responsabilidade.

Embora a inclusão tenha sido determinada pelo Banco do Brasil S/A, temos que ele agiu no exercício regular de um direito, haja vista que o débito existe. Apenas não poderá ser exigido do autor, mas, sim, da ré, por força da assunção da obrigação de pagar, ora reconhecida como vigente.

Fica a ré, portanto, obrigada a pagar as parcelas devidas pelo autor junto ao Banco do Brasil S/A, observado o cronograma de amortização previsto, sob pena de multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por descumprimento, limitada ao valor do débito em aberto.

Os débitos em conta foram estornados, de acordo com os documentos juntados aos autos, não havendo provas de prejuízos materiais colhidos pelo autor.

Já a “negativação” indevida gera abalo moral “in ipsa”, que comporta reparação. Especialmente se considerarmos que esse é o único apontamento desabonador em nome do autor, de acordo com os ofícios de fls. 269/272.

(...)

Nesse diapasão, atento às circunstâncias da causa, a capacidade econômica das partes (o autor qualificou-se nos autos como “aposentado” e se declarou “pobre”, no sentido jurídico do termo, obtendo os benefícios da gratuidade da justiça) e as finalidades reparatória e pedagógica da condenação dessa natureza, temos por suficiente o arbitramento da indenização no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizáveis desta data e acrescido de juros de mora desde a citação, a qual deverá ser paga pela ré.

Dessa forma, anota-se que a desconstituição da conclusão do acórdão recorrido, na forma pretendida, demandaria o reexame do acervo fático, procedimento

que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. REVISÃO DA CONCLUSÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 536 E 537 DO CPC/2015 E 884 DO CC/2002. ALEGADA DESPROPORCIONALIDADE NO VALOR DA MULTA IMPOSTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO. ALTERAÇÃO DO QUANTUM. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Ausência de violação ao artigo 1.022 do CPC/2015.
2. A alteração do entendimento adotado pela Corte de origem no tocante à proporcionalidade da multa mensal imposta pelo descumprimento da determinação judicial demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, conforme o óbice previsto no enunciado n. 7 da Súmula deste Tribunal Superior.
3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.
4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.067.143/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 3/8/2017.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora